

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A. | CNPJ nº 11.669.021/0001-10

Dividendos
A Companhia possui uma política de pagamento de dividendos complementares ("Política de Dividendos"), superiores ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social. O pagamento do dividendo complementar fica condicionado à existência de lucros ou de reservas de lucros. Ademais, as propostas de destinação do lucro líquido da Companhia ficam sujeitas, em cada caso, à aprovação em Assembleia Geral Ordinária, e podem ser a qualquer tempo revistas, pelo próprio Conselho de Administração, com base nos planos e necessidades da Companhia, considerados o acatado, tais como, entre outros, aquisições e investimentos relevantes, cláusulas restritivas em contratos junto a credores e atendimento a exigências regulatórias. O dividendo complementar pode, excepcionalmente, deixar de ser pago no exercício em que os órgãos da administração da Companhia informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Tendo em vista a Política de Dividendos acima referida, bem como os dispositivos constantes da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, da Regulação da Comissão de Valores Mobiliários, e do Estatuto Social, a Companhia adota as seguintes regras e práticas com relação à distribuição de dividendos, a partir da destinação do lucro líquido do exercício: (i) 5% do lucro líquido do exercício será aplicado para constituir a reserva legal até que essa reserva atinja 20% do capital social, podendo a sua constituição ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social; (ii) após a constituição da reserva legal, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício será prioritariamente destinado ao pagamento de um dividendo complementar no valor equivalente a R\$0,15 por ação. Nesse valor já está compreendido o dividendo obrigatório, de 0,001% do lucro líquido, conforme o artigo 1º da Lei nº 6.404/76, e o dividendo complementar, não podendo ultrapassar 100% do valor do capital social. Para o exercício de 2021, a Administração propôs dividendos totais de R\$39,5 milhões equivalente a aproximadamente R\$0,15 por ação, de acordo com a Política de Dividendos da Companhia. Essa proposta será submetida pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária em 26 de abril de 2022 e contempla o valor do dividendo mínimo obrigatório estipulado no estatuto social da Companhia.

Pagamento de dividendos realizado e previsto

Tipo de Pagamento	Ano Base	Data de Aprovação	Data de Pagamento	Totál (R\$)	Valor por Ação (R\$/Ação)
Dividendos	2021	26/04/2022	06/05/2022	39.453.713,96	0,15000000
Dividendos	2020	30/04/2021	11/05/2021	51.000.000,00	0,1938560000
Dividendos	2019	16/04/2020	28/04/2020	300.000.000,00	1,142781227
Dividendos	2018	18/04/2019	30/04/2019	500.000.000,00	1,922449600
Dividendos	2017	11/04/2018	20/04/2018	400.000.000,00	1,536326930

* O valor total pode ser alterado em função da quantidade de ações em tesouraria no dia da Assembleia Geral Ordinária.

Relacionamento com Auditores Independentes
A política da Companhia com relação aos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras fundamenta-se em princípios que preservam a sua independência. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados restritos segundo as normas vigentes. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") foi contratada pela Enauta Participações S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em conformidade às normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, nossos auditores independentes não prestaram outros serviços profissionais além daqueles de auditoria independente das demonstrações financeiras relacionados à Companhia e às suas controladas.

Declaração da Diretoria
Em conformidade com as disposições na Instrução CVM no. 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

Agradecimentos
Expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os colaboradores, fornecedores e parceiros. Agradecemos também aos públicos de interesse pelo apoio e confiança em nossa Companhia. Rio de Janeiro, 17 de março de 2022. A Administração

Anexo I | Demonstração do Resultado

DRE	4T21	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
Ex-IFRS	Ex-IFRS			Ex-IFRS	Ex-IFRS	
Receita Líquida	686,5	186,9	267,3%	1.804,90	945,4	90,9%
Custos	(474,4)	(147,4)	221,8%	(1.192,2)	(639,9)	85,3%
Lucro Bruto	212,2	39,5	437,2%	612,7	305,5	100,6%
Receitas (Despesas) operacionais	(40,9)	(20,0)	104,5%	(103,6)	(69,2)	49,7%
Despesas gerais e administrativas	0,2	(9,2)	-102,2%	(0,1)	7,2	-101,4%
Equivalência patrimonial	(40,1)	(24,9)	-94,6%	(17,1)	(7,0)	9,0%
Gastos exploratórios de óleo e gás	834,9	(0,2)	N/A	1.681,9	147,5	N/A
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1.005,1	(13,7)	N/A	2.114,6	320,9	559,0%
Resultado Operacional antes do	39,3	49,2	-20,1%	0,2	(177,9)	-100,1%
Imposto de renda e contribuição social	1.044,4	35,5	N/A	2.114,6	143,0	N/A
Resultado líquido do exercício	69,7	84,7	-17,7%	0,2	(134,9)	N/A
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	690,7	38,2	1.708,1%	1.444,6	124,0	1.065,0%
EBITDA ⁽¹⁾	783,9	232,6	344,1%	1.452,6	827,4	75,6%
EBITDA ⁽²⁾	1.293,4	137,3	842,0%	2.959,8	796,1	271,8%

(1) O EBITDA é uma medida usada pelo setor de petróleo e gás calculada da seguinte maneira: EBITDA + despesas de exploração com poços secos ou sub-comerciais. Informação não auditada.
(2) O IFRS16 substitui as normas de arrendamento mercantil existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Essa norma contábil se tornou efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou essa norma em 1º de janeiro de 2019. Para facilitar a análise, a Companhia optou por divulgar números sem os efeitos da IFRS16 indicados como "ex-IFRS" na tabela abaixo. Estas informações, não auditadas pelos auditores independentes, não constam das informações contábeis intermediárias da Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021		2020	
	4T21	4T20	2021	2020
DRE	Ex-IFRS	Ex-IFRS	Ex-IFRS	Ex-IFRS
Receita Líquida	686,5	186,9	267,3%	1.804,9
Custos	(528,8)	(183,0)	189,4%	(1.351,4)
Lucro Bruto	157,7	3,9	N/A	453,5
Receitas (Despesas) Operacionais	798,6	(58,8)	N/A	1.512,0
Despesas gerais e administrativas	3,4	(9,1)	-137,0%	5,6
Equivalência patrimonial	(1,3)	(2,2)	-94,6%	(7,6)
Gastos exploratórios de óleo e gás	836,6	(2,2)	N/A	1.704,4
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	956,3	(51,4)	N/A	1.965,5
Lucro (Prejuízo) Operacional	1.025,8	(3,3)	N/A	2.086,9
Resultado financeiro líquido	(329,8)	28,1	N/A	(641,0)
Imposto de renda e contribuição social	697,0	(10,2)	N/A	1.445,9
Lucro Líquido	697,0	(10,2)	N/A	809,6%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021		2020	
	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Receita Líquida	21	-	1.804.939	945.446
Custos	22,1	-	(1.192.198)	(639.914)
Lucro Bruto	-	-	612.741	305.532
Receitas (Despesas) Operacionais	-	-	-	-
Gerais e administrativas	22,2	(8.146)	(103.567)	(69.216)
Equivalência patrimonial	13	1.453.821	(86)	7.220
Gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás	23	-	(76.379)	(70.111)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	24	2	1.681.923	147.459
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	-	-	1.445.677	128.246
Rendimento das aplicações financeiras	25	586	131	114.864
Outras receitas e despesas financeiras	25	(1.072)	(1.192)	(114.623)
Resultado Financeiro Líquido	-	-	(486)	(1.661)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-	-	1.445.191	126.585
Imposto de renda e contribuição social correntes	12,3	(626)	(2.632)	(411.026)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12,3	-	(259.282)	22.916
Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.444.565	123.953
Resultado Líquido do Exercício por Ação - Básico e Diluído	29	5,49	0,47	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021		2020	
	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	1.444.565	123.953	1.444.565	123.953
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de instrumento financeiro	3.739	(6.991)	3.739	(6.991)
Ajustes acumulados de conversão de empresas no exterior	13	6.627	58.773	6.627
Resultado abrangente do exercício	1.454.931	175.235	1.454.931	187.273

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021		2020	
	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Saldo em 1 Janeiro de 2020	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	13	-	-	-
Ajuste a valor justo de instrumento financeiro	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-
Realização do plano de opção de ação	29	-	501	-
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-
Reserva legal	-	-	4.700	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	38.344	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	-	-	42.945	-
Pagamento de dividendos	-	-	(30.089)	-
Ajustes acumulados de conversão	13	-	-	-
Ajuste a valor justo de instrumento financeiro	-	-	-	-
Plano de opções de ação	29	-	-	-
Realização do plano de opção de ação	29	-	670	-
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-
Reserva legal	-	-	72.228	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	-	-	2.078.116	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional. A Enauta Participações S.A. ("Enauta", "Companhia" ou "Grupo" quando referida no consolidado) tem por objetivo social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção, com ou sem personalidade jurídica, de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócia, acionista ou outras formas de associação, com o intuito de gerar lucros e valor para os acionistas. A Enauta Participações S.A. atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em 21 consórcios (22 consórcios em 2020), sendo que em 17 exercícios os direitos de retirada da Dommo no Bloco B5-4, no termos do disposto no contrato de operações conjuntas do segmento "Novo Mercado" e controlada da Queiroz Galvão S.A. Em linha com seus objetivos estratégicos a Companhia, através de sua controlada integral Enauta Energia S.A., atua de forma associada com outras empresas em joint operations no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha participação em



Enauta Participações S.A.

CNPJ/MF nº 11.669.021/0001-10
Companhia de Capital Autorizado



Em 25 de outubro de 2019, a titularidade das ações da Dommo BV na proporção de 20% foi efetivamente transferida para a QGEP BV, após decisão do Tribunal de Amsterdã deferindo o pedido da QGEP BV e da outra acionista Barra Luxembourg Sarl em 16 de novembro de 2019, o Tribunal de Roterdã considerou um gravame judicial bloqueando as ações da QGEP BV na AFBV, a pedido do Banco Netherlands B.V. Em 13 de maio de 2020, o Tribunal de Amsterdã proferiu decisão no sentido de liberar o gravame outrora determinado com efeitos imediatos, deferindo o pedido da QGEP BV e da outra acionista Barra Luxembourg Sarl. Em razão disso, os 20% adicionais das ações da AFBV foram reconhecidos contabilmente pela QGEP BV em maio de 2020 pelo valor de US\$29.900 (R\$120.982) conforme previsto no CPC 46 (IFRS 13). Este investimento foi registrado em contrapartida ao resultado do exercício, na rubrica de "outras receitas (despesas) operacionais líquidas" no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A movimentação dos investimentos da Companhia apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Controladora	Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.749.257	27.138
Redução de Capital - AFBV	-	(9.840)
Consolidação pela incorporação de 50% da AFBV	-	(15.970)
Plano de opção de ações	673	-
Pagamento de dividendos (a)	(45.208)	-
Dividendos propostos (b)	(52.314)	-
Ajustes acumulados de conversão	6.627	(1.242)
Hedge	3.741	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.453.821	(86)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.116.599	-

	31/12/2021	31/12/2020
Controladora	Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.791.327	177.289
Redução de capital social	-	(20)
Plano de opção de ações	(9.278)	-
Pagamento de dividendos (c)	(218.500)	(60.212)
Ajustes acumulados de conversão	58.273	(218.121)
Aumento de participação acionária	-	120.982
Hedge	(6.991)	-
Resultado de equivalência patrimonial	134.426	7.220
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.749.257	27.138

	31/12/2021	31/12/2020
Controladora	Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.791.327	177.289
Redução de capital social	-	(20)
Plano de opção de ações	(9.278)	-
Pagamento de dividendos (c)	(218.500)	(60.212)
Ajustes acumulados de conversão	58.273	(218.121)
Aumento de participação acionária	-	120.982
Hedge	(6.991)	-
Resultado de equivalência patrimonial	134.426	7.220
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.749.257	27.138

(a) Em 11 de maio de 2021 a Companhia recebeu dividendos adicionais ao mínimo obrigatório referentes ao exercício de 2020 no montante de R\$45.206. Adicionalmente, a controlada Enauta Energia destinou R\$52.314 do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para o pagamento de dividendos. (b) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 16 de março de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais ao JCP (R\$1.120), no valor de R\$1.114 (c) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 15 de abril de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais ao JCP (em 31/12/2020) no valor de R\$218.500. O valor foi pago pela Enauta Energia à Companhia no dia 28 de abril de 2020.

	Imobilizados corporativos	Desenvolvimento de recursos naturais	Desenvolvimento de produção de petróleo e gás- BS-4	Desenvolvimento de produção de petróleo e gás- Manati	Exploração de recursos naturais-SEAL	Total
Custo						
Saldo em 01/01/20	18.869	16.844	916.888	1.007.641	1.960.242	5.212.128
(+) Adições	578	-	453.393 (a)	66.157 (b)	-	720.128
(-) Baixas	-	-	(111)	-	-	(113)
Saldo 31/12/20	19.447	16.844	1.370.170	1.073.798	2.480.257	5.502.506
(+) Adições	380	-	511.394 (c)	20.787 (d)	18.133 (e)	550.694
(-) Perda por redução VLP recuperação campo Atlanta	-	-	-	-	-	-
(-) Baixas	(156)	-	(39.583)	(338)	(494)	(532)
Saldo em 31/12/21	19.671	16.844	1.841.981	1.094.247	18.133	2.990.874

Em 31 de dezembro de 2020 os principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se a: (a) R\$132.510 de variação cambial sobre provisão de abandono do campo de Atlanta e R\$329.127 a aquisição de equipamentos da AFBV; (b) R\$61.158 de variação cambial sobre provisão de abandono de Manati. Em 31 de dezembro de 2021, as principais adições de imobilizado no período referem-se a: (a) R\$52.839 de variação cambial sobre provisão de abandono do Campo de Atlanta e ao reconhecimento do valor justo da totalidade do Campo de Atlanta (nota explicativa 15.1) no montante de R\$96.345; (d) R\$20.787 de variação cambial sobre provisão de abandono do Campo de Manati; e (e) adições referentes a gasto de perfuração do primeiro poço exploratório do bloco Seal 428 localizado em Sergipe - Alagoas.

	Depreciações e amortizações imobilizado	Amortizações gastos com exploração de recursos naturais	Amortizações gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás- BS-4	Amortizações gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás- Manati	Amortizações gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás- SEAL	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	(10.588)	(15.347)	(346.522)	(890.227)	(1.262.494)	(2.656.178)
(-) Adições do exercício	(561)	(339)	(311.559)	(43.046)	(288.658)	(1.000.163)
(+) Baixas do exercício	-	-	-	-	-	-
(-) Perda por redução VLP recuperação campo Atlanta	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(11.608)	(15.679)	(592.776)	(933.089)	(1.551.152)	(3.294.224)

15. Intangível. 15.1. Aquisição do Campo de Atlanta (combinação de negócios à luz do IFRS 3/ CPC 15 (R1). Em 21 de dezembro de 2020, a Enauta Energia celebrou acordo com Barra Energia por meio do qual assumiria os 100% da participação no bloco BS-4 (50% remanescente da Barra Energia). A conclusão definitiva da transferência da participação de 50% da Barra Energia a Enauta estava condicionada a determinadas condições precedentes tais como a constituição de garantia financeira e assinatura de termo aditivo ao Contrato de Concessão junto ao órgão regulador ANP. Em 25 de junho de 2021, a ANP aprovou a modalidade de garantia corporativa como instrumento de garantia de descomissionamento do Campo de Atlanta, concluindo-se, então, a transferência de 50% dos direitos e obrigações de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Campo de Atlanta para a Enauta Energia. Como consequência, a Companhia passou a reconhecer o efeito dessa transferência de 50% em suas demonstrações financeiras. O valor justo da participação do Campo de Atlanta foi estimado aplicando o método de projeção dos fluxos de caixa descontados considerando que não foram identificadas transações dessa natureza no mercado brasileiro com terceiros e características análogas para fins de comparabilidade e mensuração usando o método de avaliação "Market approach". O valor justo de 100% do Campo de Atlanta foi estimado aplicando-se o método de projeção dos fluxos de caixa e baseando-se nas premissas descritas abaixo, sendo o valor total avaliado em R\$1.583.244, gerando um ganho bruto, decorrente da avaliação a valor justo dos ativos líquidos, de R\$21.305 entre ganho por compra vantajosa e remuneração a valor justo da participação anterior registrados em junho de 2021. * Taxa de desconto (após impostos) estimada em 8,0% (real). * Curva de produção 1P e 2P (desenvolvimento e não desenvolvida) certificadas em 31 de dezembro de 2020 por Guffney/Cine (certificação mais recente contratada pela Companhia à data da projeção dos fluxos de caixa), ponderadas pela expectativa da Administração em realização das reservas e descontada a produção efetiva entre janeiro e junho de 2021 (data de aquisição). * SPA com perfuração de 3 poços, produzindo por 4 anos. - Sistema Definitivo (SD) com 5 poços adicionais produzindo a partir de meados de 2024 com troca para FPO definitivo e um maior campo de FPO atual, sendo o projeto aprovado com Capex estimado pela Companhia em valores aproximados de US\$ 700 milhões. * Valor do Brent estimado com base na curva Forward para o ano de 2021 e pela mediana do forecast da Bloomberg de 2022 em diante (até 2034, ano em que se extingue a concessão). A avaliação a valor justo e o consequente ganho por compra vantajosa gerou um imposto de renda diferido passivo na data de aquisição de R\$27.716, cujo valor líquido é de R\$20.807, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado (nota explicativa 12.4). Ativos adquiridos e passivos assumidos - no campo de Atlanta: O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	36.166
Títulos e valores mobiliários	212.442
Contas a receber	173.797
Estoques	29.120
Impostos e contribuições a recuperar	3.160
Contas a receber - Partes relacionadas	113
Ativos em processo	8.466
Instrumentos financeiros	5.048
Outros	30.412
Caixa restrito IR e CSLI diferidos	131.743
Outros ativos não circulantes	44.265
Investimentos	3.912
Imobilizado	15.971
Intangível	1.035.389
Arrendamentos - direito de uso	646.495
Total dos Ativos Identificáveis	2.619.784
Arrendamentos	(195.066)
Impostos e contribuições a receber	(51.519)
Remuneração e obrigações sociais	(8.322)
Contas a pagar - partes relacionadas	(57.343)
Outras obrigações	(12.922)
Arrendamentos	(395.031)
Provisão para abandono	(44.916)
Empréstimos e financiamentos	(1.036.540)
Total dos Passivos Identificáveis	(1.036.540)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.583.244
Saldo em 31 de dezembro de 2020	791.622

A parcela do ganho por compra vantajosa referente à participação adicional de 50% registrada em 30 de junho de 2021 foi de R\$791.622 e foi reconhecido ainda um ganho de compra vantajosa adicional em 31 de dezembro de 2021 de R\$57.529, decorrente principalmente por ter a contraparte Barra Energia abdicado de contraprestação pela sua participação neste negócio (Campo de Atlanta) quando notificado a Companhia e a ANP da destinação em continuar no projeto BS-4. Esse ganho encontra-se registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no item de outras receitas e despesas operacionais. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do período (01 de janeiro de 2021), para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 as receitas da Companhia em BS-4 totalizariam R\$1.597.032 e o lucro operacional no projeto seria de R\$565.184. Valor justo da participação anterior - 50% de participação antes da combinação de negócios. O valor justo da participação anterior da Companhia (50%) e o ganho decorrente da remuneração a valor justo da participação da adquirente na adquirida antes da combinação de negócios estão apresentados abaixo:

	Valor justo da participação anterior	Valor registrado da participação anterior	Ganho na aquisição
Campo de Atlanta	791.622	761.939	29.683

Esse ganho decorrente da remuneração da participação anterior a valor justo, no montante de R\$29.683 foi registrado também na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no item de outras receitas e despesas operacionais. A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nessa transação, nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021 foi efetuada com base em uma avaliação do valor justo por assessores independentes para a realização do PPA ("Purchase Price Allocation"). A conclusão desta transação é esperada dentro do período de 12 meses permitido pela norma contábil de combinação de negócios. Em continuidade à transação de combinação de negócios descrita acima, em 26 de junho de 2021 a Companhia recebeu em caixa, da Barra Energia, R\$12.442 e assumiu a titularidade de 100% do caixa restrito anteriormente mantido pela Barra Energia no montante de R\$131.743 em contrapartida à provisão de abandono do Campo assumida integralmente pela Companhia a partir de 25 de junho de 2021, cujo valor total na data era de R\$495.031 (R\$278.313 parcela da Barra Energia). **15.2. Os valores de composição do ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são conforme abaixo:**

	Taxa de amortização	Custo	Amortizações	31/12/2021	31/12/2020
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	250.709	(36.788)	213.921	-
Bônus de assinatura (ii)	-	152.066	-	152.066	-
Softwares	20%	12.498	(1.839)	10.659	8.780
Aumento de participação em consórcio - Atlanta (iv)	-	424.969	(17.931)	407.038	410.789
Total	-	840.233	(60.097)	780.136	529.569

	Taxa de amortizações	Custo	Amortizações	31/12/2021	31/12/2020
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	250.709	(24.228)	226.481	-
Bônus de assinatura (ii)	-	162.181	-	162.181	-
Softwares	20%	8.912	(8.095)	817	817
Total	-	421.802	(32.323)	389.479	817

	Equipamentos	Imóveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	666.811	2.718	669.529
Amortização	(180.538)	(609)	(181.147)
Adições e exclusões de contratos	(90.158)	(90.158)	(180.316)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	396.115	2.109	398.224
Amortização	(266.774)	(276)	(267.050)
Adições e exclusões de contratos	30.340	-	30.340
Aumento de participação em consórcio - Atlanta (iv)	328.907	-	328.907
Atualização de contratos (a)	25.226	(7.591)	17.635
Saldo em 31 de dezembro de 2021	513.844	1.074	514.918

	Arrendamentos a pagar	AVP	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	901	(160.460)	740.541
Pagamentos	(319.816)	-	(319.816)
Adições e exclusões de contratos	(227.874)	78.218	(149.656)
Variação cambial de arrendamentos	284.170	(56.273)	227.897
Reconhecimento AVP	-	2.764	2.764
Outros	638.109	(73.133)	564.976
Pagamentos	(419.045)	-	(419.045)
Adições e exclusões de contratos	31.940	(11.600)	20.340
Aumento de participação em consórcio - Atlanta (iv)	352.765	(23.933)	328.832
Variação cambial de arrendamentos	81.147	(6.935)	74.212
Reconhecimento AVP	-	50.184	50.184
Atualização de contratos e encargos	29.758	(23.611)	6.147
Saldo em 31 de dezembro de 2021	714.674	(125.933)	588.741

(i) Referir-se aos direitos de participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no offshore da Bacia de Santos no valor de R\$250.709 (valor pago pela parcela de participação da Enauta à época). A amortização teve início em maio de 2018 com o início da produção em campo. (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (nota explicativa 26). (iii) Em 31 de dezembro de 2021, as baixas referem-se ao bloco CE-M-661 localizado na bacia do Ceará, cujo pedido já foi protocolado junto à ANP. Em 31 de dezembro de 2020 a baixa referiu-se ao bloco CAL-M-372 localizado na concessão BM-CAL-12. (iv) Referir-se ao reconhecimento da transferência de 50% dos direitos e obrigações de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Campo de Atlanta, conforme divulgado na nota explicativa 15.1.

	Equipamentos	Imóveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	666.811	2.718	669.529
Amortização	(180.538)	(609)	(181.147)
Adições e exclusões de contratos	(90.158)	(90.158)	(180.316)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	396.115	2.109	398.224
Amortização	(266.774)	(276)	(267.050)
Adições e exclusões de contratos	30.340	-	30.340
Aumento de participação em consórcio - Atlanta (iv)	328.907	-	328.907
Atualização de contratos (a)	25.226	(7.591)	17.635
Saldo em 31 de dezembro de 2021	513.844	1.074	514.918

	Arrendamentos a pagar	AVP	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	901	(160.460)	740.541
Pagamentos	(319.816)	-	(319.816)
Adições e exclusões de contratos	(227.874)	78.218	(149.656)
Variação cambial de arrendamentos	284.170	(56.273)	227.897
Reconhecimento AVP	-	2.764	2.764
Outros	638.109	(73.133)	564.976
Pagamentos	(419.045)	-	(419.045)
Adições e exclusões de contratos	31.940	(11.600)	20.340
Aumento de participação em consórcio - Atlanta (iv)	352.765	(23.933)	328.832
Variação cambial de arrendamentos	81.147	(6.935)	74.212
Reconhecimento AVP	-	50.184	50.184
Atualização de contratos e encargos	29.758	(23.611)	6.147
Saldo em 31 de dezembro de 2021	714.674	(125.933)	588.741

(a) Referir-se ao aditamento de determinados contratos já existentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 relativos a uma postergação de prazo e alterações nas taxas de descontos. Os ativos de direito de uso representam os seguintes ativos subjacentes em 31 de dezembro de 2021:

	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Produção e desenvolvimento	Camamu Almada	Manati (BCAM-40)	06/08/98	Petrobras (operador)	35
		Enauta Energia		Geopar	45
Santos		Atlanta (BS-4)	06/08/98	Enauta Energia (operador)	100
		Petrobras (operador)		Enauta Energia	60
Camamu - Almada		CAL-M-372	24/11/04	OP Energia	20
		Faz do Amazonas		Enauta Energia (operador)	100
Pará-Maranhão		PAMA-M-265	30/08/13	Enauta Energia (operador)	100
		Pará-Maranhão		Enauta Energia (operador)	50
Ceará		CE-M-661 (*)	30/08/13	Total (operador)	25
		Enauta Energia		Premier	80
Espírito Santo		ES-M-598	30/08/13	Enauta Energia	30
		Petrobras		Petrobras	40
Espírito Santo		ES-M-673	30/08/13	Enauta Energia	20
		Statoil Brasil (operador)		Petrobras	40
Sergipe - Alagoas		SEAL-M-351	23/12/15	Enauta Energia	40
		ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)		Enauta Energia	50
Sergipe - Alagoas		SEAL-M-428	23/12/15	Enauta Energia	50
		ExxonMobil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda		Enauta Energia	50
Sergipe - Alagoas		SEAL-M-501	29/01/18	Enauta Energia	50
		ExxonMobil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda		Enauta Energia	50
Sergipe - Alagoas		SEAL-M-503	29/01/18	Enauta Energia	50
		ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)		Enauta Energia	50
Sergipe - Alagoas					

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A. | CNPJ nº 11.669.021/0001-10

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Exploração	Paraná	PAR-T-196	28/06/21	Enauta (operador)	70
	Paraná	PAR-T-215	28/06/21	Enauta Energia	30
	Paraná	PAR-T-86	28/06/21	Enauta Energia	30
	Paraná	PAR-T-99	28/06/21	Enauta (operador)	70

(* No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi contabilizada a baixa do bloco CE-M-661 devido à baixa atratividade econômica dos seus prospectos (nota explicativa 23). Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 27 anos a partir da data da declaração de comercialidade. Na fase exploratória os prazos são definidos no respectivo contrato de concessão. O quadro a seguir demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Risco/campo	Total Garantia para o PEM (G\$ Enauta)	Ano do contrato	Bônus de assinatura (%ENAUTA)	Área km²	Royalties	Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	2000	2000	-	75,72	8%	100	200	1.000,00
FZM-375	7,3	2004	-	745,03	10%	639	478	2.390,00
CAL-M-90	108,3	2013	-	18,945	76,30	30	23,66	636,60
PAMA-M-262	2013	2013	-	3,020	769,30	10%	21,91	437,82
PAMA-M-337	2013	2013	-	35,206	769,30	10%	218,91	2189,10
ES-M-598	2013	2013	-	14,182	723,36	10%	95,49	190,98
ES-M-673 (*)	2013	2013	-	12,562	721,21	10%	95,49	190,98
CE-M-661 (*)	27,0	2013	-	18,447	768,50	10%	656,73	656,73
SEAL-M-531	9,3	2010	-	19,158	756,86	10%	875,73	239,85
SEAL-M-428	120,6	2015	-	10,843	756,24	10%	875,73	1741,46
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,61	8%	200	400,00	2000
SEAL-M-501	-	2018	-	18,447	753,80	10%	1668,11	3336,22
SEAL-M-503	-	2018	-	18,447	754,46	10%	278,02	556,03
SEAL-M-573	-	2018	-	1,089	755,24	10%	205,36	4948,24
SEAL-M-430	-	2018	-	1,089	755,95	10%	205,36	410,72
SEAL-M-505	-	2020	-	810	754,60	10%	239,85	479,7
SEAL-M-575	-	2020	-	933	753,90	10%	239,85	2398,50
SEAL-M-637	-	2020	-	4,2	752,40	10%	239,85	2398,50
PAR-T-196	1,0	2021	-	152	2.864,00	5%	112,76	1.127,60
PAR-T-215	1,0	2021	-	171	2.854,00	5%	112,76	1.127,60
PAR-T-86	1,0	2021	-	133	2.918,00	5%	112,76	1.127,60
PAR-T-99	1,0	2021	-	178	2.909,00	5%	112,76	1.127,60
Total	471			152,066				

(* No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi contabilizada a baixa do bloco CE-M-661 devido à baixa atratividade econômica dos seus prospectos (nota explicativa 23). Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZM-M-90, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas a partir de 2023. Nos blocos adquiridos na Rodada 12, há o compromisso de perfuração de poço nos blocos SEAL-M-531, SEAL-M-428, SEAL-M-430, SEAL-M-501, SEAL-M-503 e SEAL-M-573, SEAL-M-505, SEAL-M-575, SEAL-M-637, PAR-T-196, PAR-T-215, PAR-T-86 e PAR-T-99. Entretanto, os blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428, adquiridos na Rodada 13, ingressaram, em setembro de 2021, no 2º período exploratório, com o compromisso de perfuração de um poço (SEAL-M-428) que foi iniciada no 4º trimestre de 2021. A controlada Enauta Energia detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações. Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Enauta Energia: Royalties - O preço de referência do petróleo, a partir de janeiro de 2018, é regulamentado pela Portaria da ANP nº 703/2017, e é apurado com base nas características físico-químicas e comerciais da corrente de petróleo a que cada área está vinculada. O valor é dividido mensalmente pela ANP. O preço de referência do gás natural é regido sob as regras da Resolução do CNP nº 40/2009 que determina que nos casos em que a exploração comercial do campo ocorrer sob a forma de consórcio, o preço será calculado a partir da média ponderada dos preços de venda do gás natural nos volumes comercializados. Para Manati, os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência (condensado) e da média ponderada da venda (gás natural), desde o início da produção da área de concessão. Em relação a Atlanta, o recolhimento corresponde a 7,8% do valor de referência tanto para o óleo vendido quanto para o gás consumido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o total de royalties referentes à produção do campo Manati e BS-4, de R\$120.144 (R\$62.480 em 31 de dezembro de 2020) dos quais R\$12.488 (R\$2.964 em 31 de dezembro de 2020) permaneceram no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos com royalties, no montante de R\$119.378 (R\$52.480 em 31 de dezembro de 2020) e como estoque de R\$766 (R\$0 em 31 de dezembro de 2020).

Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do artigo 45 da Lei Federal nº 9.478, de 1997 constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto Federal nº 2705/1998, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi registrado valor de R\$1.761 como participação especial em dezembro de 2020. **Passivo financeiro** - O passivo financeiro decorre da aquisição de uma participação compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto Federal nº 2705/1998, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi registrado valor de R\$1.761 como participação especial em dezembro de 2020. **Passivo operacional** - O passivo operacional decorre da aquisição de uma participação compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto Federal nº 2705/1998, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi registrado valor de R\$1.761 como participação especial em dezembro de 2020.

- Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi provisionado o montante de R\$4.460 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, registrado na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$2.729 em 31 de dezembro de 2020). **Informações sobre as reservas**. As reservas provadas de gás e óleo da controlada Enauta foram apresentadas de acordo com os conceitos definidos pela Petroleum Resources Management System (PRMS), o qual foi aprovado pela Society of Petroleum Engineers, World Petroleum Council, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers. Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás e óleo que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios, podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes. A estimativa de reservas possui incertezas inerentes, assim como a avaliação de reservas, e as reservas podem sofrer alterações e medidas que se ampliam o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações. A reserva de gás estimada para o campo de Manati está apresentada conforme abaixo:

	Volume total de gás (MMm³) (*)
Reserva Provada de 100% da participação em 31/12/2020 (**)	3.164
Produção em 2021	(3.174)
Reserva Provada de 100% da participação em 31/12/2021	1.986
A reserva de óleo estimada para o campo de Atlanta está apresentada conforme abaixo:	

	Volume total de óleo (MMbbl) (*)
Reserva Provada de 100% da participação em 31/12/2020 (**)	9,6
Produção em 2021	(4,1)
Reserva Provada de 100% da participação em 31/12/2021	4,5

Reserva Provada de 100% da participação em 31/12/2020 ()** - O montante auditado pelos auditores independentes. (***) Conforme relatório Gaffney, Cline & Associates - GCA emitidos em 18 de março de 2021 para campo de Atlanta e em 03 de fevereiro de 2021 para o campo de Manati. **Garantias**. Em 31 de dezembro de 2021 a Enauta Energia possui garantias, através de seguro garantia, cuja beneficiária é a ANP, no total de R\$470.262 e R\$330.668, respectivamente. Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração. **27. Compromissos**. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos, incluindo arrendamento de embarcações, bem como compromissos junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos, para a campanha exploratória e de desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro:

	2022	Consolidado em diante
Total de compromissos	890.414	247.191

(*) Este montante representa a participação da Enauta Energia nos consórcios por ela operados. **28. Instrumentos Financeiros**. **a) Considerações gerais**. Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, contas a pagar, partes relacionadas, empréstimos, financiamentos e opções de venda de óleo. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração, que visa mitigar eventos que possam afetar adversamente sua geração de caixa e flexibilidade financeira. Seguindo a política mencionada acima, a Companhia possui opção de venda de parte de sua produção de petróleo estimada como firme, conforme descrito abaixo, para os próximos 9 meses, equivalente a 1,2 milhão de barris, a um valor de US\$54,4 por barril. O custo médio da compra destas opções de venda (PUT estática trimestral) foi de US\$2,8 por barril.

Opções de venda	01/10/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/03/2022	01/04/2022 a 30/06/2022
	650.000	400.000	150.000
	1.200.000	-	-

A Companhia adota desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a prática contábil do "Hedge accounting" para o registro de suas operações de opções de venda, entendendo ser esta a melhor forma de refletir em suas demonstrações financeiras a sua gestão de riscos de seus instrumentos financeiros. **b) Categoria dos instrumentos financeiros**

	31/12/2021	Consolidado	
Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo

Ativos financeiros	31/12/2021	Consolidado
Custo amortizado	366.655	366.655
Caixa restrito	307	307
Caixa e depósitos bancários	307	307
Contas a receber (I)	197	197
Partes relacionadas	9.520	9.520
Valor justo por meio do resultado	-	-
Aplicações financeiras (II)	10.748	10.748
Passivos financeiros	2.215.575	2.215.575
Fornecedores (I)	364	364
Partes relacionadas	12.056	12.056
Empréstimos e financiamentos (II)	161.485	161.485

	31/12/2020	Consolidado	
Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo

Ativos financeiros	31/12/2020	Consolidado
Custo amortizado	581.748	581.748
Caixa restrito	371	371
Caixa e depósitos bancários	371	371
Contas a receber (I)	87.719	87.719
Partes relacionadas	171	171
Valor justo por meio do resultado	-	-
Aplicações financeiras (II)	2.660	2.660
Passivos financeiros	1.609.277	1.609.277
Custo amortizado	134	134
Fornecedores (I)	11.383	11.383
Partes relacionadas	18.526	18.526
Empréstimos e financiamentos (II)	232.404	232.404

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou passivo na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma estabelece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam para atribuir um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("non performance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40/IFRS 7) estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia. Nível 1 - os "inputs" são determinados com base nos preços de mercado para o mesmo ativo ou passivo à mesma data da mensuração. A hierarquia de nível 1 é a mais confiável, pois a existência de transações de mercado para o mesmo ativo ou passivo à mesma data da mensuração indica que a informação de mercado é mais relevante para a mensuração. Nível 2 - os "inputs" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para o ativo ou passivo similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou passivos similares em um mercado ativo e as medidas adotadas pela Companhia para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Nível 3 - os "inputs" não observáveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as informações subjetivas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estarão

Ao Conselho de Administração da Enauta Participações S.A.

Introdução
O Comitê de Auditoria Estarão ("Comitê") da Enauta Participações S.A. ("Companhia" ou "Enauta") é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração, instituído em reunião realizada em 9 de agosto de 2021, e cujo funcionamento obedece a seu regimento, aprovado em reunião de Conselho realizada naquela mesma data. O funcionamento do Comitê de Auditoria Estarão atende aos requisitos previstos na Instrução CVM nº 308/1999, com as alterações dadas pela Instrução CVM nº 509/2011. Foram eleitos os seguintes membros para compor o Comitê de Auditoria Estarão: (i) José Manuel Matos Nicolau - Coordenador do Comitê, membro da Companhia; (ii) Luiz Carlos de Lemos Costamilan - Conselheiro independente da Companhia; (iii) Ledivy de Pina Gouvêa Filho - Conselheiro da Companhia. De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu regimento interno, compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar (i) pela qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações intermediárias e das demonstrações financeiras; (ii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iii) pela adequação das transações com partes relacionadas e; (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

Responsabilidades
A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), é da Administração da Companhia ("Administração"). Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implantação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente, a cargo da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., é responsável por examinar as demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório de auditoria sobre a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras. A auditoria interna da Enauta Energia celebra acordo com a Barra Energia por meio do qual a Barra Energia presta serviços de auditoria independente e especializada em conformidade com a legislação aplicável e regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Resumo das Atividades do Comitê
No período de 9 de agosto de 2021, data de sua instituição, até 14 de março de 2022, o Comitê reuniu-se em 7 ocasiões e realizou 11 reuniões, sendo 8 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias, com a participação do Presidente e de executivos das áreas de contabilidade e controladoria, financeira, tecnologia da informação e auditoria interna, entre outras. Também se reuniu com os auditores independentes e com consultores externos e, em duas ocasiões, houve reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal. Os principais assuntos analisados foram:

Parcer com o Conselho Fiscal
Os membros do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Enauta Participações S.A. realizada em 30 de abril de 2021, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente. As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros efetivos. Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia. Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, de sócio e gerentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, bem como consultores jurídicos externos, para prestação de esclarecimentos, dentre outros, (i) as demonstrações financeiras intermediárias e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, (ii) a dinâmica do negócio e as medidas adotadas pela Companhia e suas controladas sobre os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19; (iii) produção e receita provenientes do Bloco BS-4 (Campo de Atlanta) e do Campo de Manati; (iv) Relatório de Recomendações sobre os Controles Interiores referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, emitido pela KPMG Auditores Independentes, e repostas da Administração; (vii) "Combinação de Negócios" decorrente do acordo celebrado com a Barra Energia, por meio do qual a Companhia assumiu 100% de participação no Bloco BS4; (viii) análise de premissas e demonstrativos de cálculo utilizados para testes sobre os ativos, incluindo a realização dos mesmos (impairment) e sobre as obrigações registradas

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos Acionistas e Administradores da Enauta Participações S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enauta Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que representam o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enauta Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para nossa opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a seus controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Combinação de Negócios: Aquisição de participação remanescente no Campo de Atlanta** *Porque é um PAA (Principais Assunto de Auditoria)*. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e nº 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 21 de dezembro de 2020, a Enauta Energia celebrou acordo com a Barra Energia por meio do qual a Barra Energia presta serviços de auditoria independente e especializada em conformidade com a legislação aplicável e regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Resumo das Atividades do Comitê
No período de 9 de agosto de 2021, data de sua instituição, até 14 de março de 2022, o Comitê reuniu-se em 7 ocasiões e realizou 11 reuniões, sendo 8 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias, com a participação do Presidente e de executivos das áreas de contabilidade e controladoria, financeira, tecnologia da informação e auditoria interna, entre outras. Também se reuniu com os auditores independentes e com consultores externos e, em duas ocasiões, houve reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal. Os principais assuntos analisados foram:

Parcer com o Conselho Fiscal
Os membros do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Enauta Participações S.A. realizada em 30 de abril de 2021, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente. As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros efetivos. Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia. Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, de sócio e gerentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, bem como consultores jurídicos externos, para prestação de esclarecimentos, dentre outros, (i) as demonstrações financeiras intermediárias e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, (ii) a dinâmica do negócio e as medidas adotadas pela Companhia e suas controladas sobre os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19; (iii) produção e receita provenientes do Bloco BS-4 (Campo de Atlanta) e do Campo de Manati; (iv) Relatório de Recomendações sobre os Controles Interiores referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, emitido pela KPMG Auditores Independentes, e repostas da Administração; (vii) "Combinação de Negócios" decorrente do acordo celebrado com a Barra Energia, por meio do qual a Companhia assumiu 100% de participação no Bloco BS4; (viii) análise de premissas e demonstrativos de cálculo utilizados para testes sobre os ativos, incluindo a realização dos mesmos (impairment) e sobre as obrigações registradas

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos Acionistas e Administradores da Enauta Participações S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enauta Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que representam o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enauta Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para nossa opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a seus controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Combinação de Negócios: Aquisição de participação remanescente no Campo de Atlanta** *Porque é um PAA (Principais Assunto de Auditoria)*. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e nº 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 21 de dezembro de 2020, a Enauta Energia celebrou acordo com a Barra Energia por meio do qual a Barra Energia presta serviços de auditoria independente e especializada em conformidade com a legislação aplicável e regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Resumo das Atividades do Comitê
No período de 9 de agosto de 2021, data de sua instituição, até 14 de março de 2022, o Comitê reuniu-se em 7 ocasiões e realizou 11 reuniões, sendo 8 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias, com a participação do Presidente e de executivos das áreas de contabilidade e controladoria, financeira, tecnologia da informação e auditoria interna, entre outras. Também se reuniu com os auditores independentes e com consultores externos e, em duas ocasiões, houve reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal. Os principais assuntos analisados foram:

Parcer com o Conselho Fiscal
Os membros do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Enauta Participações S.A. realizada em 30 de abril de 2021, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente. As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros efetivos. Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia. Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, de sócio e gerentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, bem como consultores jurídicos externos, para prestação de esclarecimentos, dentre outros, (i) as demonstrações financeiras intermediárias e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, (ii) a dinâmica do negócio e as medidas adotadas pela Companhia e suas controladas sobre os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19; (iii) produção e receita provenientes do Bloco BS-4 (Campo de Atlanta) e do Campo de Manati;

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (continuação)

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado. As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. *Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.* As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 31 de março de 2021, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

John Alexander Harold Auton
Contador
CRC nº 1 RJ 078183/O-2

www.enauta.com.br

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 18/03/2022 19:26
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash:164755596112777f8dad4847209f466e2a2cbc44e9